

SILKIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Silkim Participações S.A. (“Companhia”), com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017 - 15º andar (parte), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 3 de setembro de 2003, tendo por objeto a participação em outras sociedades brasileiras ou estrangeiras como acionista, e a prestação de serviços de consultoria empresarial, exceto consultoria técnica específica.

Desde 2015, a Companhia não possui investimento em outras empresas. Em 2018, parte substancial da receita da Companhia deveu-se à: (i) locação do imóvel da sede, do qual é proprietária (“Imóvel”), o qual estava locado para uma parte relacionada e 25% para um terceiro; e (ii) prestação de serviços de gestão empresarial.

A partir de 2019, a Companhia passou a concentrar as operações voltadas à gestão empresarial e outras atribuições de acordo com os interesses conjuntos dos seus acionistas, sendo que, desde então, somente 12% do Imóvel está sendo utilizado pela Companhia.

Em 2025 e 2024, a Companhia apresenta prejuízo operacional e na ausência de novas operações, dependerá de recursos financeiros de terceiros ou de seus acionistas para a manutenção das operações nos próximos 12 meses.

Considerando a atuação da Companhia segundo os interesses dos seus acionistas, a cada exercício, a administração efetua um orçamento de gastos e receitas (serviços de consultoria e locação de área comum) para a consecução das atividades da administração durante o exercício e, à medida do necessário, os sócios efetuem os aportes.

As análises da administração concluem que os aportes de capital efetuados pelos acionistas serão suficientes para a manutenção da continuidade das operações nos próximos 12 meses. Considerando os aspectos anteriormente mencionados, a administração conclui ser apropriado apresentar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no contexto de continuidade operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e estão em conformidade com a NBC TG 1001.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

SILKIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam certos ativos, passivos, receitas e despesas. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas utilizadas pela Administração da Companhia na preparação das demonstrações financeiras referem-se à determinação de provisões para obrigações fiscais e provisão para riscos e depósitos judiciais, as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3.2.1 Julgamento crítico na aplicação das práticas contábeis da Companhia

Conforme descrito na Nota 1, a administração da Companhia elaborou suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade das suas operações e descreve o plano da administração da Companhia para a consecução de suas atividades nos próximos exercícios. A administração da Companhia conta com o suporte financeiro dos acionistas para a gestão das atividades de negócios as quais foram planejadas e aprovadas previamente pelos acionistas. A contribuição dos acionistas à medida em que ocorrer a execução do plano de negócios dos próximos doze meses da data da aprovação dessas demonstrações financeiras é considerado julgamento crítico pela administração da Companhia.

3.3. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento são propriedades e edificações mantidas pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio.

A Companhia é proprietária do 15º andar do edifício localizado na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017. Em 2025 e 2024, apenas 12% do Imóvel foram mantidos para o uso da sociedade.

A propriedade para investimento é contabilizada pelo custo histórico menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada.

O valor justo do imóvel utilizado como propriedade para investimento, estimado por profissional especialista e independente, está divulgado na Nota 6.

SILKIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O procedimento de revisão da vida útil é efetuado quando houver indicação de que a utilização de bens do ativo imobilizado indicar não refletir a vida útil remanescente. Em 31 de dezembro de 2025 não há indicações que a vida útil remanescente deve ser revisada.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No encerramento de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia não identificou ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor recuperável.

3.6. Provisões para riscos

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, em que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.7. Receita

Mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de deduções. A receita da Companhia, decorrente de renda de aluguéis de área comum recebidos e gestão empresarial, é reconhecida no período de competência dos exercícios.

3.8. Prejuízo por ação

A Companhia apura o prejuízo por ação do exercício, ponderando a quantidade de ações em circulação durante o exercício. Para os exercícios apresentados, a Companhia não possui nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, dessa forma, o prejuízo básico por ação é equivalente ao prejuízo por ação diluído.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

SILKIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|----------------------------|--------------|--------------|
| Caixa e bancos | 9 | 8 |
| Aplicações financeiras (*) | <u>7.479</u> | <u>6.207</u> |
| | <u>7.488</u> | <u>6.215</u> |

(*) Representam valores aplicados em certificados de depósitos bancários (CDBs) de curto prazo (Banco Itaú S.A.), com rendimentos equivalentes a variação de 106,70% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) (2024 – 106,70%), com alta liquidez e baixo risco na alteração do seu valor de realização.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--|-------------|-------------|
| Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (a) | 156 | 138 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL | 28 | 27 |
| IRPJ e CSLL a Restituir | 267 | 400 |
| INSS a compensar | - | 1 |
| Créditos de PIS | 12 | 12 |
| Créditos de COFINS | <u>22</u> | <u>34</u> |
| | <u>485</u> | <u>612</u> |

A Companhia possui créditos de imposto de renda retido na fonte sobre o rendimento das aplicações financeiras devido a sua base fiscal negativa. Anualmente a Companhia prepara os pedidos de restituição, via Per-Dcomp, junto a Receita Federal do Brasil, solicitando a restituição dos créditos de imposto de renda que, em 31 de dezembro de 2025, totaliza R\$ 267 (2024 – R\$ 400).

Análises da administração, apoiada por seus consultores jurídicos, indicam que os referidos créditos serão recebidos, ao menos, pelo valor de face razão pela qual decidiu não constituir qualquer provisão de impairment em 31 de dezembro de 2025.

6. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

O valor de custo destes ativos é representado por:

| | Terrenos | Edifício | Total |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | <u>2.024</u> | <u>7.110</u> | <u>9.134</u> |

SILKIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|
| Adições | | | |
| Depreciação | | (281) | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 2.024 | 6.829 | 8.853 |
| Adições | | | |
| Depreciação | | (281) | (281) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 2.024 | 6.548 | 8.573 |
| | Terrenos | Edifício | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 2.024 | 9.968 | 11.992 |
| Custos total | | | |
| Depreciações acumuladas | | (3.419) | (3.419) |
| Saldos total | 2.024 | 6.549 | 8.573 |
| | Terrenos | Edifício | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 2.024 | 9.968 | 11.992 |
| Custos total | | | |
| Depreciações acumuladas | | (3.139) | (3.139) |
| Saldos total | 2.024 | 6.829 | 8.853 |

A propriedade para investimento da Companhia refere-se a 12% do 15º andar localizado na Rua Dr. Renato Paes de Barros.

Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento ao custo histórico menos a provisão para perda por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo do terreno e edifício foi determinado em transações observáveis no mercado devido à sua natureza e à existência de dados comparáveis, o que resultou em um valor de R\$ 8.573.

7. IMOBILIZADO

A movimentação do custo do ativo imobilizado foi a seguinte:

(*) O valor residual de R\$ 893 em 31 de dezembro de 2025, corresponde a 12% do valor residual total do imóvel, objeto de arrendamento mercantil para terceiro e parte relacionada, o qual é utilizado pelos profissionais da Companhia.

(**) Taxa conforme laudo de avaliação do edifício.

8. INTANGIVEL

A movimentação do custo do intangível foi a seguinte:

| | Software | Total |
|---|------------------|------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | <u><u>0</u></u> | <u><u>0</u></u> |
| Adições | 47 | 47 |
| Amortizações | (2) | (2) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | <u><u>45</u></u> | <u><u>45</u></u> |
| | Software | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | | |
| Custos total | 47 | 47 |
| Amortizações acumuladas | <u>(2)</u> | <u>(2)</u> |
| Saldos total | <u><u>45</u></u> | <u><u>45</u></u> |

9. SALÁRIOS E ENCARGOS

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--|---------------------|---------------------|
| Participação nos Lucros e Resultados a pagar (*) | 1.171 | 4.228 |
| Salários e correspondentes encargos | <u>2.207</u> | <u>1.850</u> |
| | <u><u>3.378</u></u> | <u><u>6.078</u></u> |

(*) Refere-se, substancialmente, à provisão para pagamento de Participação nos lucros e resultados, com base no cumprimento de metas estipuladas para os exercícios apresentados e aprovados pelos órgãos competentes de gestão da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

10. IMPOSTOS A RECOLHER

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---|-------------|-------------|
| Imposto de Renda Retido na fonte – Folha de pagamento | 434 | 307 |
| Outros impostos | <u>11</u> | <u>9</u> |
| | <u>445</u> | <u>316</u> |

11. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a diversos processos de natureza tributária e fiscal apresentado pelo valor líquido. A provisão para riscos tributários observa critérios que envolvem tanto a natureza quanto as possibilidades de êxito dos litígios e está reconhecida nas demonstrações financeiras quando as possibilidades de perdas são avaliadas como prováveis, sendo a movimentação como segue:

| | Provisão para riscos | Depósitos judiciais | Total |
|---------------------------------|-------------------------|------------------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | (28.897) | 27.137 | (1.760) |
| Atualização Baixas | (978) | 936 | (42) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | <u>(29.875)</u> | <u>28.073</u> | <u>(1.802)</u> |
| Atualização | (1.239) | 1.188 | (51) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | <u>(31.114)</u> | <u>29.261</u> | <u>(1.853)</u> |

Perdas prováveis

Refere-se substancialmente a ação contra a Fazenda Nacional, objetivando que seja reconhecido o direito de não incidência do Imposto de Importação - IPI sobre a admissão temporária da aeronave adquirida no passado, cuja avaliação dos advogados segundo jurisprudências recentes, indica ser desfavorável ao contribuinte. Para fazer face à essa provisão, a Companhia efetuou depósitos judiciais na totalidade do valor em discussão.

12. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito é de R\$ 115.285 (2024 - R\$ 97.868), representado por 1.115.740.416.287 ações ordinárias e por 868.063.589.226 ações preferenciais (2024 –233.512.847.522 ON e 181.676.667.435 PN), todas nominativas e sem valor nominal.

Em 06 de fevereiro de 2025, os acionistas da Companhia deliberaram pelo aumento de capital no valor de R\$ 600 mediante a emissão de 59.532.420.384 novas ações da Companhia, sendo 33.482.504.984 ações ordinárias e 26.049.915.400 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Foi constituída reserva de capital no montante de R\$ 3.702.

Em 24 de março de 2025, os acionistas da Companhia deliberaram pelo aumento de capital no valor de R\$ 2.074 mediante a emissão de 137.526.435.795 novas ações da Companhia, sendo 77.348.267.418 ações ordinárias e 60.178.168.377 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Foi constituída reserva de capital no montante de R\$ 11.226.

Em 30 de julho de 2025, os acionistas da Companhia deliberaram pelo aumento de capital no valor de R\$ 5.743 mediante a emissão de 401.838.307.971 novas ações da Companhia, sendo 226.003.798.647 ações ordinárias e 175.834.509.324 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Foi constituída reserva de capital no montante de R\$ 3.257.

Em 28 de novembro de 2025, os acionistas da Companhia deliberaram pelo aumento de capital no valor de R\$ 9.000 mediante a emissão de 969.717.326.406 novas ações da Companhia, sendo 545.392.997.715 ações ordinárias e 424.324.328.691 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

13. COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| Receita operacional bruta: | | |
| Receita de consultoria | 86 | 80 |
| Locação de área Comum | 72 | 66 |
| Deduções - Impostos incidentes | <u>(12)</u> | <u>(11)</u> |
| | <u>146</u> | <u>135</u> |

14. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

| | 2025 | 2024 |
|--|-----------------|-----------------|
| Despesas administrativas e tributárias: | | |
| Despesas com pessoal | (23.330) | (19.222) |
| Manutenção de instalações | (88) | (8) |
| Prestadores de serviços (substancialmente advogados e consultorias) | (2.259) | (2.479) |
| Condomínio, aluguel, IPTU e seguros (parcela correspondente à Companhia) | (1.011) | (965) |
| Viagens e estadias | (986) | (648) |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre aumento de capital | (57) | (57) |
| Outras despesas e receitas (depreciação, desp. inded. telefone, internet, energia, copa, lanches, correio, entre outros) | (5.482) | (7.165) |
| | <u>(33.213)</u> | <u>(30.544)</u> |

Classificados como:

| | | |
|-----------------------------|-----------------|-----------------|
| Gerais e administrativas | (32.630) | (30.006) |
| Tributárias | (130) | (108) |
| Depreciações e amortizações | (417) | (431) |
| Outras receitas | (36) | 1 |
| | <u>(33.213)</u> | <u>(30.544)</u> |

15. RESULTADO FINANCEIRO

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--------------------------------------|-------------|-------------|
| Rendimento de aplicações financeiras | 734 | 617 |
| Descontos obtidos | 1 | 1 |
| Outras variações monetárias | 156 | 25 |
| Total Receitas Financeiras | 891 | 643 |
| Outras despesas financeiras | <u>(3)</u> | <u>(2)</u> |
| Total Despesas Financeiras | <u>(3)</u> | <u>(2)</u> |
| RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO | <u>888</u> | <u>641</u> |

16. RESULTADO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as ações da Companhia não possuem nenhum efeito dilutivo.

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---|----------------------|--------------------|
| Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia | <u>(32.179)</u> | <u>(29.768)</u> |
| Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares) | <u>1.983.804.006</u> | <u>415.189.515</u> |
| Prejuízo básico e diluído por ação - R\$ | <u>(0.0000)</u> | <u>(0.0001)</u> |

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia são os seguintes:

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em decorrência dos principais instrumentos financeiros estarem indexados a taxas de juros em mercados pós-fixados, a Administração da Companhia entende que os valores se aproximam dos valores justos nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

b) Exposição a risco de taxa de juros

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas em operações com remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O risco inerente a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

Os valores de mercado dessas operações não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

c) Concentração de risco de crédito

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições de primeira linha aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

18. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Os administradores da Companhia acumulam funções em outras companhias do grupo não havendo remuneração por serviços prestados dessa natureza pela Companhia. Assim sendo, a Companhia não pagou honorários a administradores no exercício de 2025 e de 2024.
